

EDUCAÇÃO E CLASSES SOCIAIS

PERSPECTIVAS DE CONSERVAÇÃO E DE MUDANÇAS

*Celso Ilgo Henz**

Historicamente, o sistema educacional brasileiro adequou-se ao sistema produtivo capitalista, tornando-se um espaço e um instrumento privilegiado nas mãos da minoria, detentora do poder econômico e político. Se, por um lado, a educação esteve e está intimamente vinculada à reprodução da ideologia dominante, ela pode, igualmente, constituir-se num espaço no qual a grande maioria - historicamente marginalizada - possa organizar-se, mediando e instrumentalizando a construção de sua cidadania. Para isso, é preciso assumir a educação como espaço da promoção humana, do desenvolvimento da ciência e da construção da equidade social. Essa é a grande utopia revolucionária que deve mover a todos os cidadãos e educadores conscientes e críticos, levando-os a lutar, coletivamente, por práticas revolucionárias que, no campo da educação, passam, fundamentalmente, por pedagogias revolucionárias.

* Professor da Faculdade de Educação; mestre em Educação, UFSM/RS.

O sistema educacional brasileiro, inserido no contexto de uma sociedade capitalista, organizada em classes com interesses antagônicos e, por isso, em constantes conflitos, tem sido arena de uma parte significativa dos seus confrontos. Historicamente, o sistema educacional adequou-se ao sistema produtivo, articulando no seu interior as demandas do *mercado* de cada época, tornando-se um espaço e um instrumento privilegiado nas mãos dos detentores do poder econômico e político.

Isso tem levado muitos educadores, embora com posturas teóricas progressistas, a uma visão pessimista da educação, fechando a questão em torno de a escola ser apenas um aparelho ideológico do Estado, a serviço dos interesses das classes dominantes. Tal postura, na verdade, apesar da apropriada denúncia, ajuda, de certo modo, a perpetuar essa função reducionista e autoritária.

Se, de um lado, é verdade o que os chamados *crítico-reprodutivistas* levantaram, também é verdade que há a possibilidade de redimensionar o papel social da escola. Esta denúncia demonstra que a escola tem contribuições que não podem ser desconsideradas. Se ela esteve e está intimamente vinculada à reprodução da ideologia dominante, a escola pode, igualmente, constituir-se num espaço privilegiado no qual a grande maioria - historicamente marginalizada nas tomadas de decisões - possa organizar-se, mediando e instrumentalizando a construção de sua cidadania.

Sem cair na ingenuidade de afirmar que a escola tudo pode e acreditar que ela sozinha possa mudar o estado

de coisas, é possível, sim, afirmar que ela tem um papel fundamental e potencial para isso, desde que este seja o seu projeto e saiba fazer as devidas parcerias com outras instituições e grupos com idêntica utopia. É certo que a escola é influenciada pela sociedade global, mas também é certo que ela tem condições de influenciar os demais segmentos da sociedade, ajudando na transformação. Para isso, a educação precisa retomar seu objetivo primeiro, que é a promoção humana, o desenvolvimento da ciência e a construção da equidade social.

Nesse sentido, a escola precisa articular conhecimentos que trabalhem as questões, os conflitos e as contradições da sociedade de forma dialética, propiciando reflexões, comparações, analogias, juízos, posicionamentos conscientes e, acima de tudo, alternativas de superação de cada momento histórico, na perspectiva de emancipação de todos os sujeitos que a agregam. Não é tarefa fácil, pois é preciso vencer uma longa história de dominação, que precisa ser profundamente compreendida para que possa ser superada.

AS ELITES, O ESTADO E A EDUCAÇÃO

A história brasileira caracteriza-se pela relação de dominação e subordinação entre os donos do capital e dos meios de produção e aqueles que apenas contam com a força de trabalho; é uma relação que se sustenta até hoje porque se serve dos mais variados meios e instrumentos para se reproduzir, legitimar e fortalecer. As decisões, os enca-

minhamentos, os acordos, a organização e a estruturação da sociedade como um todo sempre foram assentados sobre os interesses de uma minoria dominante.

Não restam dúvidas de que a escola sempre foi - e em grande parte continua sendo até os dias atuais - um instrumento ideológico privilegiado nas mãos dos detentores do poder. Muitas adequações, reformas e mudanças foram promovidas, entretanto nenhuma mudança foi substancial no que diz respeito à estrutura e ao papel do ensino, seja ele público ou particular. Na prática, a educação brasileira e sua estrutura sempre estiveram presas à dominação e à reprodução do capitalismo atrasado e dependente.

Até o final da década de 1920, as camadas dominantes conseguiram manter um ensino fragmentado, classista, seletivo e elitista. Por muito tempo, durante a era colonial e imperial, o ensino estava nas mãos dos jesuítas e era destinado, inicialmente, apenas às minorias aristocráticas, que se serviam da ilustração dada pela escola para preparar melhor seus filhos para os cargos políticos e administrativos mais altos. Por consequência, a classe trabalhadora ficava praticamente à margem do ensino escolarizado; para ela, o ensino era considerado sem utilidade prática uma vez que a agricultura rudimentar e o trabalho escravo dispensavam uma mão-de-obra mais preparada. Assim, aos trabalhadores e escravos *educava-se* com a catequese; brancos e índios recebiam uma educação elementar, mínima; já aos homens da classe dominante era dada uma educação média, e só a classe sacerdotal recebia educação (religiosa) superior.

Pode-se dizer que, durante todo o período colonial e imperial até a expulsão dos jesuítas em 1759, a educação não sofreu nenhuma modificação estrutural, garantindo que o Brasil fosse por muito tempo *um país da Europa*.

Na ânsia de querer recuperar Portugal como uma grande nação, uma das primeiras investidas de Pombal foi contra a Companhia de Jesus, que até então mantinha a hegemonia da educação em todo o mundo católico. Expulsando os jesuítas de Portugal e das colônias, confiscou os seus bens - e assim concentrou mais riquezas para o Estado - e atacou diretamente o espaço para reverter as ideologias e buscar a sociedade capitalista: a educação. Para Pombal, a educação deveria ter como fundamento o ensino das ciências naturais e exatas (iluminismo) e formar gente para dominar o comércio tão bem ou melhor que os ingleses. Mas... qual o significado da expulsão dos jesuítas para a educação brasileira?

Apesar dos muitos questionamentos que se pode fazer à ação dos jesuítas no Brasil, sua saída significou um grande retrocesso para a educação brasileira. Mesmo vindos com os colonizadores e a serviço da colonização, e desenvolvendo uma educação para as elites rurais brasileiras, os jesuítas realizaram um trabalho de aldeamento dos índios, o que dificultou em muito a exploração e acumulação de capital segundo relações capitalistas de produção. Por muito tempo, os índios resistiram à escravização também graças à "catequese", que era dada em tupi-guarani - e não em português -, o que dificultava a utilização de sua força de trabalho. Entretanto,

to, no início do século XVIII, os colonos conseguiram que o rei obrigasse os missionários a ensinar português aos índios. Isso implicava *libertar* os índios dos padres e torná-los *livres* para serem *integrados* à economia, como escravos ou como mão-de-obra barata. Os jesuítas eram vistos como aliados dos índios contra os interesses dos colonos e da Coroa portuguesa.

Até a política educacional pombalina, o sistema educacional escolar do Brasil estava sob a responsabilidade dos jesuítas, contando com, aproximadamente, 25 escolas de ler e escrever e 18 estabelecimentos de ensino secundário (letras humanas, filosofia e ciências), além dos seminários com nível superior em teologia e ciências sagradas. *Fernando de Azevedo* diz que

em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que o Brasil sofreu não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada por medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão (1953:51).

De fato, à expulsão dos jesuítas seguiu-se um período de, aproximadamente, 13 anos com um *vazio* educacional. As escolas foram fechadas, os cursos seriados criados pelos jesuítas foram substituídos por *aulas avulsas* dadas por professores leigos, geralmente muito mal preparados; entre uma disciplina e outra, não havia nenhuma continuidade

ou interligação. Implantou-se, assim, uma verdadeira *fragmentação* da cultura escolarizada nas mãos de mestres sem nenhum senso pedagógico e com pouco conhecimento das matérias que ensinavam. Em outras palavras, a monolítica organização da Companhia de Jesus foi substituída por algo tão fluido que nenhum sistema passou a existir.

Isso tudo tornou o ensino ainda mais elitizado e elitizante: *ensinar* ficou nas mãos de particulares, aos quais só tinha acesso quem pudesse pagar ou quem os donos dos engenhos quisessem ou permitissem que participasse de suas aulas.

No final do século XVIII, com a mineração, teve início uma estratificação diferente, uma camada intermediária que provocou um crescimento urbano: eram artesãos, pequenos comerciantes e burocratas, que passaram a ser a *pequena burguesia*. Para a professora *Otaíza de Oliveira Romanelli*, este novo segmento da sociedade influenciou muito a educação escolarizada, uma vez que precisava dela para conquistar seu espaço na sociedade brasileira:

Essa classe desempenhou relevante papel na evolução da política no Brasil monárquico e nas transformações por que passou o regime no final do século. E se pôde fazê-lo, isso se deve sobretudo ao instrumento de que dispôs para afirmar-se como classe: a educação escolarizada (1986:37).

A escola passou a ser um instrumento de ascensão social, e alguém que tivesse o título de *doutor* era considerado igual a um proprietário de terras. Sem terras, a burguesia se firmou

apelando para os títulos, transformando-se de classe intermediária em classe dominante.

A desigualdade, no entanto, continuou. A educação continuou a ser de elite, aumentando ainda mais a relação de dependência e subordinação dos trabalhadores físicos, escravos e outros para com aqueles que “tudo tinham e tudo sabiam”. Mudanças foram feitas, com transferências de poderes dentro da mesma classe. As faculdades então existentes passaram a desempenhar a função de fornecedoras de pessoal qualificado para preencher os cargos políticos e administrativos. A burguesia brasileira em ascensão *vendeu* sua ideologia, seus hábitos e pensamentos para *educar* aos que “nada tinham e nada sabiam”.

A industrialização chegou ao Brasil e, aparentemente, renovou a sociedade, mas só para alguns, pois a classe trabalhadora continuou dominada e explorada; entretanto, a indústria requeria e exigia uma mão-de-obra mais qualificada. Surgiram, então, escolas para o povo e escolas para a classe dominante: para o povo, a educação era apenas em escolas primárias e profissionais, sendo que quem freqüentasse as escolas técnicas não podia ingressar no ensino superior; já *os filhos dos senhores* freqüentavam um secundário acadêmico e tinham acesso às faculdades. Assim, além de garantir mão-de-obra mais barata e mais bem preparada, estas duas redes de ensino - a técnica, para os filhos dos trabalhadores, e a acadêmica, para os filhos das elites - reforçavam ainda mais a distinção entre as classes: uma se preparava só para trabalhar, ao passo que a outra era pre-

parada para pensar e decidir os rumos da sociedade brasileira.

Ao contrário da economia assentada em técnicas arcaicas do cultivo da agricultura, a industrialização exigia um mínimo de condições, conhecimentos e preparos. Pode-se afirmar que, na década de 1930, instaurou-se no Brasil uma grande defasagem entre educação e desenvolvimento. A população concentrava-se nos grandes centros e a necessidade de combater o analfabetismo era gritante para que se desse mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de gente que precisava concorrer no mercado de trabalho. A leitura e a escrita passaram a ter valor, sendo consideradas como úteis e benéficas; a demanda pelo ensino se elevou e novas providências tiveram que ser tomadas.

A industrialização concretizou a implantação definitiva do capitalismo no Brasil, aumentando a *luta de classes*; começaram as primeiras greves de operários, aumentou o êxodo rural e a marginalização política prosseguiu a largos passos. Em todos os segmentos da sociedade, instaurou-se uma grande crise. Por outra parte, o capitalismo industrial, com sua característica *luta de classes*, trouxe para o campo da educação essa mesma dialética: de um lado, a pressão social pela democratização do ensino e, do outro, o controle das elites, mantidas no poder, buscando, por meio da distribuição limitada de escolas e da legislação do ensino, conter essa pressão e garantir o caráter *elitizante* do ensino. Sobre essa *instrumentalização* da educação, Neidson Rodrigues alerta:

A educação escolar, longe de servir à equalização de oportunidades ou de democratização de competências para a vida social e política, é confinada ao estreito círculo dos interesses dos grupos que controlam a totalidade da vida social, transformando-a em poderoso instrumento de diferenciação e de legitimação das diferenças. Não é de sua natureza a produção dessa diferenciação, mas ela é usada para a sua perpetuação (1987:72).

É nesse contexto que, pressionado e atropelado, o Estado expandiu o sistema escolar sem, contudo, ter uma política nacional de educação. Verificou-se, então, uma instabilidade e um dualismo na expansão escolar, próprios de uma sociedade heterogênea e classista. A escola se expandiu, mas a estrutura escolar não sofreu nenhuma mudança substancial, tornando-se incapaz de oferecer, quantitativa e qualitativamente, o ensino de que a sociedade como um todo precisava.

Surgiram vários movimentos e conflitos sobre linhas a serem dadas à política nacional de educação entre católicos e liberais escolanovistas, entre defensores da escola pública e os defensores das escolas particulares (1956 a 1961); surgiram os “movimentos de educação popular” (1960 a 1964) e, por fim, na década de 1980, iniciou-se um movimento pela universalização e democratização da escola.

Foi, entretanto, após o período do Estado Novo (1937 a 1945) que se criou a estrutura básica do sistema nacional de ensino que vigora até os dias atuais. A ele José Carlos Libâneo assim se refere:

Foi organizado o ensino secundário, o técnico-industrial, comercial e agrícola, estabeleceu-se uma uniformidade do currículo e sua organização; nesse período foi criado, formalmente, um serviço de orientação educacional em cada estabelecimento de ensino. A chamada Reforma Capanema e os dispositivos legais decorrentes apontam a direção nitidamente facista, visando à promoção do desenvolvimento econômico sem modificações da ordem econômica existente (1990:58).

Após o período do Estado Novo, o sistema educacional brasileiro sofreu apenas adequações e reformas. Tome-mos como exemplo a lei 5 692, de 11 de agosto de 1972, art. 1º: “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

Teoricamente, essa lei parece ser muito bonita e voltada à pessoa humana na sua integridade e totalidade. Não obstante, não continuam em jogo aí os interesses de quem quer e precisa preparar uma mão-de-obra mais qualificada? Dando um carácter profissionalizante ao secundário, não está se querendo diminuir o número de possíveis candidatos às universidades? Isso sem falar de que, tendo técnicos de nível secundário executando certas tarefas mais exigentes, justificam-se os salários mais baixos, os quais, ainda, podem ser *argumento* para não se remunerar melhor alguém que se preparou com nível superior para esses fins.

É preciso ter a coragem de trabalhar criticamente o conflito social, as tensões, as oposições, os valores e os contravalores existentes em nossa sociedade, não apenas para denunciar a dominação de uma minoria sobre a maioria - também na educação -, mas para, a partir daí, assumir a cidadania e fazer a nossa parcela na reconstrução de um novo homem e de uma nova sociedade, acreditando que a educação também tem sua relevância para este novo projeto. Se ela foi tão útil para dominar, por que não acreditar que ela pode ajudar a libertar?

O ESTADO, A EDUCAÇÃO E OS TRABALHADORES

Numa sociedade que se caracteriza por relações de produção capitalistas, não restam dúvidas de que, numa primeira instância, a força está do lado de quem detém o poder do capital e, normalmente, o poder político configurado no Estado. Pode-se dizer que o Estado é a instituição que reflete, representa e organiza as relações entre as classes de uma determinada sociedade. Assim, o Estado pode ser visto como o conjunto de instituições que interagem e se complementam mutuamente, representando o poder institucionalizado da(s) classe(s).

Por sua vez, o Estado interage com outras instituições da sociedade, muitas vezes usadas como aparelhos ideológicos dos interesses da(s) classe(s) - ou porção de classes - instalada(s) no poder estatal. Entre as instituições oficiais

que interagem com o Estado, está a educação escolarizada. É o Estado quem determina a Política Nacional de Educação, mas, na prática, a educação extrapola os limites e as políticas do Estado. Se, por um lado, o Estado oficial é condicionado por quem nele atua diretamente, a escola também sofre a influência de quem faz o cotidiano escolar: a comunidade escolar, na sua maioria pertencente à classe trabalhadora.

As relações entre Estado e educação passam, sim, pelas relações do sistema produtivo; a instância econômica desempenha papel fundamental na função do Estado e na aplicação de iniciativas desse no campo da educação. Até aqui o enfoque dado à questão do Estado é numa dimensão bastante oficial, restringindo-se às instituições que o compõem e com as quais acontece uma interação mais direta; portanto, um conceito limitado de *Estado*.

Quando, entretanto, o Estado é concebido como algo maior, extrapolando os limites das instituições oficiais, ou seja, a sua ação, presença, representatividade e interação com as organizações e movimentos populares - tais como sindicatos, cooperativas, associações e outras - torna-se possível redimensionar a leitura do Estado. Trata-se de entendê-lo como sociedade civil mais sociedade política, buscando a hegemonia por meio da organização da população via projeto cultural; criando uma nova visão de mundo, de homem, de vida; é a gestação e construção de uma nova cultura, com novos valores. Tem-se, então, um Estado emancipatório para todos os cidadãos, evitando a dominação e a centralização. Um Estado assim abre espaço

para uma nova caminhada educacional, numa perspectiva de libertação, de construção da cidadania, de emancipação do homem como um todo e de todos os homens.

No caso específico da educação, todos nós também somos Estado. É preciso tomar consciência disso e assumir o nosso compromisso de lutar pelas mudanças reclamadas. Entretanto, fora a estrutura administrativa que emperra todo um processo novo na educação escolarizada, mais toda a pressão social que condiciona o trabalho do professor no dia-a-dia da prática educativa, parece oportuno levantar um questionamento que parece ser simples, mas que é fundamental: até que ponto nós, professores brasileiros, mesmo com linguagem e discursos progressistas, buscamos uma fundamentação e um embasamento teórico para essa nova prática? Queremos, de fato, uma educação democrática, participativa, crítica e transformadora até as suas últimas consequências?

Parece que o que precisamos, hoje mais que nunca, é a coragem de trabalhar o conflito social, as tensões, as oposições, os valores e os contravalores existentes na sociedade como um todo e, especificamente, no campo da educação. Assim, os dominados pouco a pouco se levantarão e lutarão pela mudança das condições e das determinantes nas relações socioeconômico-político-culturais. Sonhando a *utopia* de um Brasil diferente, estaremos atacando a estrutura capitalista pela sua base ideológica; caso contrário, no dizer de *Anibal Ponce*, "enquanto a sociedade dividida em classe não desaparecer, a escola continuará sendo uma simples engrena-

gem dentro do sistema real de exploração, e o corpo de mestres e professores continuará sendo um regimento que, como outros, defende os interesses do Estado" (1986:182).

Será, contudo, efetivamente possível trabalhar a educação *para* ou, mais precisamente, *com* a classe explorada e oprimida, transformando-a, de fato, num instrumento de mudança social? Creio que sim, ainda que, para tanto, seja preciso acreditar na possibilidade de mudanças, desejá-las realmente e, no coletivo dos educadores, rever o todo e, principalmente, a política de formação de professores, bem como as condições e recursos destinados para que a teoria e o discurso saiam da simples retórica - por vezes demagógica - e sejam aplicados em função da verdadeira realização e exercício da cidadania de todos os brasileiros, principalmente a classe trabalhadora. Trata-se, portanto, de uma mudança radical da função social e política da educação dentro da sociedade atual.

Não obstante, essas mudanças jamais partirão da(s) classe(s) mais alta(s), tampouco do *Estado* oficial. Cabem a nós, educadores e cidadãos brasileiros, a mobilização e a luta para pressionar e buscar novos rumos para a educação brasileira. Ademais, a nova proposta de educação deve ser verdadeiramente pública, com a participação da base em todas as dimensões, desde as definições curriculares, conteúdos, metodologias, calendários, até as questões administrativas e financeiras.

O processo educacional deve ser capaz de acompanhar e proporcionar profundas alterações nas relações sociais e no processo de trabalho, bem como na

questão de valores. A educação escolarizada deve propiciar condições para que os trabalhadores compreendam criticamente os mecanismos de produção das sociedades capitalistas e nelas intervenham. É preciso combinar, ligar todo o processo educacional à vida do povo brasileiro, o que passa, necessariamente, pelas questões inerentes à produção e distribuição dos bens materiais, à estrutura econômica, política e social do nosso país.

Sem esquecer - e vale retomar sempre a questão - que historicamente as políticas educacionais brasileiras sempre se afinaram com os interesses da sociedade capitalista e que o sistema educacional brasileiro adequou-se ao sistema produtivo, muitas vezes fundamentando-se na teoria do capital humano - que propõe a transformação da escola numa espécie de agência de empregos, intimamente articulada com as necessidades do mercado de trabalho -, é preciso ter o cuidado de não cair num pessimismo exacerbado, capaz de matar as poucas esperanças que ainda existem entre os educadores brasileiros. Se é verdade que a escola é ainda uma instituição intimamente vinculada à reprodução das classes dominantes, há a grande possibilidade de ela transformar-se num espaço onde os dominados passem a organizar-se, colocando o conhecimento a serviço da construção da sua própria cidadania, sejam eles alunos ou professores, ou até mesmo pessoas que não estejam regularmente ligadas à escola.

A verdade é que o processo educativo é essencial em todas as sociedades, com funções específicas e aspectos bem característicos, decorrentes das formas

de organização de cada uma das sociedades, mas que, por sua vez, também pode condicionar ou transformar. Ela é influenciada e também influencia o todo social. Assim, a prática educativa não pode ser considerada um simples resultado das determinações ideológicas dominantes, mas também não podemos negar a interferência ideológica na educação. Essa interferência dita *ideológica* pode ser tanto da(s) classe(s) dominante(s) como da(s) classe(s) dominada(s), desde que haja organização destas últimas e que estas acreditem que a educação é uma das portas para os seus anseios, esperanças e buscas.

Tendo como objetivo a promoção do homem, levando-o a descobrir-se e integrar-se conscientemente em seu meio social, cabem aqui as palavras da professora *Vera R. Wernek*: "a autêntica educação, no entanto, visa o aprimoramento da pessoa em relação a seu fim último e o bem das sociedades de que o homem é membro, e em cujas tarefas, uma vez adulto, terá de participar" (1989:103). Esse aprimoramento pode ser entendido como formação de critérios que possibilitem a toda e qualquer pessoa analisar, julgar, optar e construir o mundo de modo criativo e independente, mas sempre na coletividade com os demais homens e mulheres da comunidade a que pertence. Além do novo tipo de pensar, a educação deve levar a um novo agir. Continua a professora:

Essa consciência crítica, objetivo da educação, possibilitaria ao educando decodificar as mensagens codificadas, selecionar de acordo com um critério as idéias que lhe apresentarem, as tradições e os conhecimentos científicos, e assim, ultrapassar o conformismo, a acomodação, a submissão, a irracionalidade, para atingir a coerência entre o pensar e o agir(...); não se trata de treinar e adestrar, mas de desenvolver uma reflexão que possibilite comparação, analogias, juízos e daí um espírito inventivo que descubra novas soluções, novas respostas para cada desafio (Werneck, 1989:103).

Então sim, a educação e o homem superarão os condicionamentos puramente ideológicos, buscando a verdadeira liberdade por meio dessa nova racionalidade. Para isso, é fundamental que educadores e educandos tenham consciência das relações entre educação e ideologia; só assim, poderão buscar a superação dessa *instrumentalização* que vem marcando a educação brasileira. Livrar por completo a educação da ideologia é algo bastante difícil, mas é preciso criar condições para que educadores e educandos tenham consciência dessa condicionalidade e consigam distinguir qual o cunho ideológico presente nas propostas que lhes são apresentadas, desde os órgãos governamentais até a sala de aula.

Acreditando nessa visão mais otimista (mas não ingênua) e retomando a visão de Estado como sociedade civil mais sociedade política, acontecendo, agindo, representando e interagindo com as demais organizações sociais, pode-se arriscar a apresentação de al-

guns elementos fundamentais do *Estado* para com a educação. Antes, porém, cabe salientar que toda e qualquer mudança que vier questionar a estrutura da sociedade capitalista e os interesses econômicos das elites terá grandes dificuldades e resistências justamente em função dos interesses antagônicos próprios de uma sociedade dividida em classes. Não obstante, o que é difícil não, necessariamente, é impossível; mesmo com barreiras, é possível avançar, ou melhor, é possível mudar o rumo da caminhada.

Toda e qualquer transformação da sociedade passará, necessariamente, por mudanças nas relações do mundo do trabalho, as quais, no entanto, precisam ser acompanhadas pelo processo educacional que se instala na sociedade. Essas duas instâncias são espaços privilegiados para a manifestação (quando permitida) e realização do ser humano. Assim, mudar o caráter do Estado brasileiro implica uma abertura democrática em todos os níveis e instâncias, começando pela área da educação, com uma pedagogia explícita e com condições para sua concretização: é preciso deixar bem claro a serviço de que homem e de que tipo de sociedade a educação deve estar.

Já na esfera do mundo do trabalho - tendo em vista a busca de uma educação a serviço da classe trabalhadora -, cabe ao Estado reconhecer e assumir a sua representatividade e presença *diante e dentro* de todas as organizações sociais, discutindo, ouvindo, atendendo e buscando soluções que contribuam com a construção da cidadania e realização pessoal de cada profissional também nas relações e locais de

trabalho. Cada trabalhador deve sentir-se na coletividade dos seus pares, situando-se como indivíduo dentro da sociedade como um todo e vendo-se reconhecido e representado como pessoa e como classe pelos poderes constituídos e pelas instituições que “agem em nome do Estado”.

Educação e trabalho se influenciam mutuamente, ressalvadas as especificidades de cada um, ou seja,

o sistema educacional não é um instrumento da classe capitalista. É produto do conflito entre os dominantes e os dominados. A luta no setor de produção, por exemplo, atinge as escolas, do mesmo modo que influi em todos os aparelhos do Estado.(...) A educação é, ao mesmo tempo, o resultado de contradições e origem de novas contradições. É uma área de conflitos a respeito da produção de conhecimento, ideologia e emprego, um local onde os movimentos sociais buscam satisfazer suas necessidades e o empresariado procura reproduzir sua hegemonia (...) Assim, o desenvolvimento de contradições na educação não representa o fim do processo dialético criado pela tensão entre as dinâmicas reprodutiva e democrática; o processo continua, rodada após rodada (Carnoy, 1987:70).

Portanto, antes de mais nada, o Estado e a educação precisam ultrapassar os seus aspectos e limites formais, indo para as associações, sindicatos, cooperativas, partidos políticos, organizações e movimentos populares. Ambos só terão uma prática autêntica - e democrática - se forem gerados, organizados e impulsionados a agir a partir das necessida-

des do povo, conhecidas e sistematizadas *com e para* esse povo.

Num segundo momento, a política educacional brasileira deve contribuir com a busca de uma nova hegemonia na sociedade (contra-hegemonia na perspectiva de Gramsci) por meio da luta pela organização do povo, tendo como meta um novo projeto de sociedade. Para isso, uma vez mais, os responsáveis *legais* pelo Estado e pela educação precisam ter a coragem de extrapolar os limites *oficiais* e ir até o povo, para com ele discutir e construir uma política educacional mais orgânica, capaz de levar a uma racionalidade coletiva. A escola deve interagir com as condições de vida da população.

A terceira questão fundamental a ser levada em consideração pela educação brasileira diz respeito à explicitação das relações que acontecem na sociedade política, principalmente entre as classes e entre as instituições. Pouco a pouco, a escola deve levar a um Estado que promova a cidadania, instrumentalizando o povo para participar consciente e criticamente das decisões sociais. Por meio da educação, o povo deve ser capacitado para exercer o mínimo de poder na sociedade, o que lhe dará a oportunidade de construir e/ou resgatar a sua cidadania. A escola deve, ainda, fortalecer o indivíduo e o coletivo das camadas populares, buscando alternativas de soluções para as necessidades e desafios concretos da realidade cotidiana.

Um quarto aspecto - que está intimamente ligado com todos os demais, assim como estes entre si - diz respeito à função da educação frente ao mundo do trabalho. Sobre essa relação, o

professor *Mariano Enguita* salienta que a educação não deve preparar para tarefas e/ou funções específicas no mundo do trabalho. Os avanços tecnológicos necessitam de uma força de trabalho altamente qualificada e polivalente, ou seja, "habilidade prática e capacidade de raciocínio abstrato, domínio de algumas funções determinadas, mas também conhecimento suficiente das funções conexas" (1988:49). Isso equivale a proporcionar às pessoas o domínio das técnicas e das relações de trabalho com uma visão mais globalizada de trabalho, menos fragmentada e mecanicista. Para tanto, é indispensável oferecer a todos os brasileiros uma distribuição de conhecimento escolar de qualidade, superando as redes (de ensino) paralelas que revelam a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, ou seja, níveis de conhecimento para os filhos dos trabalhadores e níveis de conhecimento (mais altos, é claro) para os filhos das elites capitalistas.

Por fim, diria ainda que o Estado deve ser verdadeiramente público e democrático. No que tange à educação, caberia ao Estado a gestão pública e financeira da mesma, com normativas gerais, deixando que a sociedade civil defina seus rumos políticos; deve dar autonomia para que a sociedade civil tome suas decisões também no campo da educação. No referente ao mundo do trabalho, cabe ao Estado garantir que os locais de trabalho ofereçam condições para a realização interna do profissional, com motivações, satisfações, formação intelectual, lazer, aprimoramento, relações humanas, eventos culturais, etc. É preciso dar espaço para o desenvolvimento da subjetividade do

trabalhador a fim de que o seu trabalho o torne mais pessoa, mais realizado e mais feliz.

CONCLUSÃO

Historicamente, a classe dominante e a educação têm convivido de forma articulada, servindo esta como aparelho para reproduzir e/ou legitimar os interesses da primeira, contribuindo para a implantação e estruturação da sociedade capitalista. Isso, embora pareça contraditório, pode ser revertido. A educação traz em si condições necessárias para colaborar na libertação dos que até agora foram explorados e dominados: os trabalhadores.

Mesmo num país em que as relações de produção se caracterizam pela apropriação desigual dos bens materiais e culturais; em que a ação dos homens, no decorrer da história, organizou a sociedade em classes - os donos dos meios de produção e os donos da força de trabalho -, as quais têm interesses antagônicos, com constantes conflitos, o Estado e a educação estão desafiados a humanizar o mundo do trabalho e a democratizar mais a sociedade. Isso passa, necessariamente, por uma formação *omnilateral*, ou *multilateral*, também chamada *politecnica*, pela qual a educação oferece conhecimentos gerais acerca do mundo do trabalho e dos processos de produção, com conteúdos e técnicas que servem como uma espécie de denominador comum às várias profissões. Já a democratização da sociedade, obrigatoriamente, passará por uma escola de qualidade para *todos*, com condições de to-

dos entrarem e permanecerem nos bancos escolares.

Esses dois desafios - o trabalho plenamente humanizado e a sociedade plenamente democrática - desembocarão num terceiro: a transformação total das relações de produção mediante a socialização dos meios de produção. E essa é a grande utopia revolucionária que deve mover a todos os cidadãos e educadores conscientes e críticos, levando-os a lutar, coletivamente, por práticas e organizações revolucionárias que, no campo da educação, passam, fundamentalmente, por pedagogias revolucionárias.

Os primeiros passos a serem dados, contudo, devem ser na direção de abrir espaço e de dar condições para dialogar verdadeiramente com todos os segmentos da população, principalmente sobre o papel da educação diante dos desafios da sociedade atual. Começando por aí, novos elementos fundamentais para uma educação que quer responder ao clamor de libertação do povo trabalhador surgirão de forma orgânica, na perspectiva de uma racionalidade coletiva e participativa.

ABSTRACT

Historically, the Brazilian educational system has adapted itself to the capitalist productive system, becoming a space and privileged instrument in the hands of the minority which holds the economic and political power. If on one hand education has been and still is closely linked to the reproduction of the dominating ideology, it can equally become a space where the big majority, historically

outcast, may get organized, mediating and making out of education an instrument to build their citizenship. For that purpose one must assume education as a space of human promotion, of science development and of the building of social equity. This is the great revolutionary utopia which must move all the aware and critical citizens and educators, making them struggle collectively for revolutionary practices which in the educational field go fundamentally through a revolutionary pedagogy.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE CANUTO, Vera Regina. *Políticos e educadores*. A organização do ensino superior no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1987.
- AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953. v. 3.
- BOUFLEUER, José Pedro. A dialética na abordagem das questões educacionais. *Cadernos de Pesquisa*, Centro de Educação - UFSM, n. 15, 1990.
- CARNOY, Martin e LEVIN, M. *Escola e trabalho no Estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 1987.
- ENGUITA, Mariano F.. Tecnologia e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 13(1): 39-52, jan./junho, 1988.
- FIORI, Ernani Maria. *Educação e política*. Textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM, 1978. v. 2.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética*

- da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1990.
- OLIVEIRA ROMANELLI, Otaíza de. *História da educação no Brasil*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- PEREIRA, Maria Arleth. Fundamentos da política educacional: estudos das relações da educação com o Estado e a sociedade. *Revista do Centro de Educação - UFSM*, n. 15, 1990.
- PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classe*. 6. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- RODRIGUES, Neidson. *Por uma nova escola*. O transitório e o permanente na educação. 6. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 5. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- WERNECK, Vera R. *A ideologia na educação*. Um estudo sobre interferência da ideologia no processo educativo. Petrópolis: Vozes, 1989.